

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	2
Título: Capital de giro foi a exceção	2
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	3
Título: Petrobras corta taxa sindical de folha de salário	3
Título: Preço do asfalto pode elevar pedágios federais	4
Título: Bolsonaro reacende tensão com índios	6
Título: Ecossistema do crime	13
VEÍCULO: O Globo	16
Título: Muito barulho para pouco fato	16
Título: Cardápio conservador	18

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Data: 17/03/2019****Seção: Notas e Informações****Autor:****Título: Capital de giro foi a exceção**

Ainda fraco e operando em marcha lenta, o setor industrial perdeu lucratividade no ano passado, porque os preços dos manufaturados subiram em média 8,4%, enquanto os custos aumentaram 8,8%, segundo a Confederação Nacional da Indústria (CNI). As empresas foram incapazes de repassar totalmente ao consumidor a alta de custos – fato explicável pelo desemprego ainda muito alto e pela cautela das famílias num ambiente de muita incerteza. Pesquisas sobre inflação já haviam mostrado o descompasso entre os aumentos no atacado e no varejo.

Mas a indústria ganhou poder de competição e as vendas externas de manufaturados, US\$ 86,58 bilhões, foram 7,4% maiores que as do ano anterior, pela média dos dias úteis. A competitividade foi favorecida principalmente pela desvalorização do real, fator de barateamento dos produtos brasileiros em moedas estrangeiras. O poder de competição da indústria cresceu no mercado externo e também no mercado interno, diante dos produtos importados. Mas o encarecimento das importações acabou também afetando os custos de produção.

Os preços dos bens intermediários de origem estrangeira ficaram 22,3% mais altos que a média de 2017. O mesmo tipo de comparação mostrou alta de 11,9% nos preços dos insumos produzidos no País. Em conjunto, os intermediários encareceram 13,4% em 2018. A depreciação cambial produz, como ficou mais uma vez evidenciado, um ganho apenas parcial e temporário de competitividade. A desvalorização do real, bem-vinda pelos exportadores e por quem precisa enfrentar a concorrência dos bens importados, acaba também pressionando os preços domésticos fortalecendo as pressões inflacionárias. Poder de competição, no médio e no longo prazo, só é sustentável quando baseado em ganhos de produtividade, pouco sensíveis há alguns anos, e em inovações, ainda mais escassas.

Os custos industriais foram também afetados pela crise do transporte rodoviário em maio. A paralisação dos caminhões, embora tenha durado 11 dias, produziu efeitos prolongados. A criação de uma tabela de fretes, infeliz iniciativa do Executivo sacramentada pelo Congresso, inflou custos e impôs perdas a todos os setores. Essa aberração, um cartel com carimbo oficial, continua prejudicando a economia brasileira, porque o Poder Judiciário foi

incapaz, até agora, de restabelecer o funcionamento normal do mercado de transporte rodoviário, apesar das demandas da indústria e do setor rural.

O custo da energia, com alta de 18,2% em relação à média de 2017, também pressionou a indústria. A eletricidade encareceu 12,8%, enquanto o preço do óleo combustível subiu 41,3%, como reflexo das condições do mercado global. O estudo de custos publicado pela CNI traz um importante dado positivo. Mais uma vez o relatório mostra uma redução do custo do capital de giro. Embora os juros pagos pelo tomador final permaneçam elevados, o custo dos financiamentos tem acompanhado, a distância, a redução da taxa básica, a Selic, promovida pelo Banco Central (BC) como parte da política monetária.

O capital de giro encareceu no terceiro trimestre, em fase de incerteza eleitoral, e voltou a cair nos três meses seguintes. Na média, esse financiamento custou 15,5% menos do que em 2017. Em relatório anterior a CNI já havia chamado a atenção para o barateamento do capital de giro. Confirma-se mais uma vez a excelência do trabalho conduzido no BC pelo presidente Ilan Goldfajn, recém-substituído no posto pelo economista Roberto Campos Neto.

A equipe chefiada por Goldfajn derrubou a inflação e criou, assim, condições para cortar a taxa básica, mantida há um ano em 6,5%. No trimestre final de 2018 os custos industriais foram 0,3% menores que no terceiro. Foi a primeira queda trimestral desde o terceiro trimestre de 2016. Juros, tributos e bens importados contribuíram para o alívio. Mas permanece o maior desafio. Sem maior segurança quanto aos negócios, o crescimento industrial tende a continuar medíocre. Os sinais para o deslanche dependem basicamente do governo.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Anais Fernandes

Título: Petrobras corta taxa sindical de folha de salário

Companhia se adapta a MP que exige pagamento via boleto bancário; federação diz que não foi avisada previamente

São Paulo- A Petrobras informou a FUP (Federação Única dos Petroleiros) que não descontará contribuições sindicais do contracheque de seus funcionários já a partir deste mês.

A federação reúne 13 sindicatos do setor e representa mais de 100 mil trabalhadores, entre ativos, aposentados e pensionistas da Petrobras.

Em comunicado, na sexta-feira (15), a companhia disse que atende a determinação da medida provisória 873, publicada pelo governo no Carnaval, segundo a qual o recolhimento das contribuições passará a ser feito por boleto bancário ou equivalente eletrônico.

A mudança tem sido alvo de questionamentos na Justiça.

“A responsabilidade pela emissão do boleto será de cada sindicato. Não cabem mais ao empregador o desconto e o recolhimento de contribuições de empregados a sindicatos”, disse a Petrobras em ofício à FUP

Segundo a petroleira, a mudança vale tanto para a mensalidade sindical, cobrada dos empregados efetivamente filiados a sindicatos, quanto para a contribuição (antigo imposto sindical), equivalente a um dia de trabalho e descontada de todos os funcionários anualmente em março.

As contribuições assistenciais aprovadas e descontadas durante a vigência do atual acordo coletivo (válido até 31 de agosto) permanecem na folha, informou a Petrobras.

Para viabilizar o recolhimento, a empresa diz que disponibilizou aos funcionários um simulador informando o valor de um dia de serviço e o sindicato responsável pela emissão do boleto.

A FUP alega que a decisão foi unilateral.

“Os petroleiros estão sendo informados de que teriam que realizar o pagamento das mensalidades por meio de boletos bancários a serem emitidos pelos sindicatos, que não foram nem sequer comunicados previamente pela empresa”, disse a entidade em seu site.

A FUP afirmou que encaminhou uma notificação extrajudicial à Petrobras solicitando que a companhia reconsidere a decisão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/03/2019

Seção: Mercado

Autor: Julio Wiziack

Título: Preço do asfalto pode elevar pedágios federais

Governo estuda medida para recompensar concessionárias em razão da alta de preços do insumo praticada pela Petrobras

Brasília- O ministro de Infra-estrutura, Tarcísio Freitas, avalia com a ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) e o TCU (Tribunal de Contas da União) permitir que as concessionárias de rodovias possam reajustar o pedágio para compensar as perdas bilionárias que sofreram com a alta desenfreada do asfalto.

Desde que implementou sua nova política de preços, a Petrobras vem repassando as oscilações diárias do petróleo para seus derivados.

Conhecido como CAR o asfalto subiu acima da inflação, gerando um impacto de cerca de R\$ 5 bilhões, tanto para o Dnit (Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes), responsável pelas estradas federais mantidas pelo governo, quanto para as concessionárias.

Ainda não se sabe se o pedágio subirá na mesma proporção do aumento de custo.

Técnicos do ministério e da agência analisam as contas das concessionárias. Nas próximas semanas, a ANTT deve baixar uma norma definindo os parâmetros do reajuste.

Somente no caso da Arteris, que tem como sócios a espanhola Arbetis e a canadense Brookfield, pelo menos 20% do aumento de custo ocorreu por causa da alta do asfalto.

Entre 2007 e 2014 — período da segunda e terceira etapas do programa de concessões—, o preço do asfalto manteve-se praticamente estável.

A partir de meados de 2016, os reajustes iniciaram uma escalada muito acima da inflação. Um estudo da ANTT mostrou que, entre setembro de 2014 e setembro de 2018, essa alta foi de 72,7%, enquanto a previsão de reajuste dos valores previstos em contrato seria de, no máximo, 33,5%.

Essa diferença comprometeu o caixa das empresas, que já vinham enfrentando problemas em razão da recessão e da Operação Lava Jato.

Na semana passada, o Dnit baixou uma portaria para tentar resolver esse problema.

A Aneor (associação que representa as construtoras de obras rodoviárias) já tinha recorrido à Justiça contra o governo, exigindo o reequilíbrio dos contratos de recapeamento das rodovias federais.

Os contratos não previam gatilhos de segurança caso a alta do preço do petróleo fosse integralmente repassada pela Petrobras ao asfalto.

Agora, o Dnit estabeleceu as regras de cálculo para possíveis reembolsos quando a oscilação de preço impactar o asfalto acima da inflação.

Essa fórmula também deve ser usada pela ANTT para definir o cálculo no caso das concessionárias. A medida, segundo Freitas, está sob avaliação da área técnica.

Nem mesmo as concessionárias têm certeza de qual prejuízo sofreram com a política de preços do asfalto imposta pela Petrobras.

Segundo a ABCR (associação que reúne essas empresas), há vários componentes na formação do custo.

O peso do insumo asfáltico no caso de manutenção é mais baixo (cerca de 30% em relação ao total) do que se for na construção de uma nova via (70%).

Para as concessionárias que têm obras pesadas de pavimentação, como a CCR e a Arteris, ou tráfego pesado, esse impacto é bem maior.

Caso esse reequilíbrio seja levado adiante, será a segunda vez que o governo estuda autorizar o aumento de tarifas para reequilibrar contratos de concessão.

Como a Folha antecipou, o ministério quer conceder um aumento médio de 25% para as tarifas dos contratos da segunda etapa do programa de concessões, feitos sob a gestão do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O impacto do aumento do asfalto atingiu com mais força os contratos de concessão da terceira etapa, feitos pela ex-presidente Dilma Rousseff.

Para esses contratos, a solução do governo seria uma renegociação prevendo mais prazo para a concessão.

A ideia é evitar ao máximo a devolução desses contratos, o que significaria pelo menos mais três anos até um novo leilão.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/03/2019

Seção: Ilustrada

Autor:

Título: Bolsonaro reacende tensão com índios

[resumo] Projeto de uma linha de transmissão que pode cortar o território waimiri-atroari gera embate entre o governo federal e a etnia indígena, alvo de massacre durante a construção da rodovia BR-174 pela ditadura militar

Por Rubens Valente

Repórter da Folha em Brasília e autor de "Os Fuzis e as Flechas: História de Sangue e Resistência Indígena na Ditadura" (Companhia das Letras)

Ilustração Maira Mendes

Eram outros tempos. O vídeo registra a visita, em 2014, de um grupo de oficiais militares do Exército à aldeia dos indígenas waimirisatroaris, na divisa entre Amazonas e Roraima. "Nós viemos aqui como o general Gomes Carneiro ou como o Marechal Rondon. 'Morrer se preciso for, matar nunca.' E jamais como o general Gentil", afirmou, com uma risada, o general de Exército Guilherme Theophilo, que estava prestes a assumir o Comando Militar da Amazônia. Hoje no cargo de secretário nacional de Segurança Pública, é um dos principais auxiliares do ministro Sergio Moro (justiça).

O oficial citado por Theophilo era Gentil Nogueira Paes, morto em 2010. Como general de brigada, comandou de 1974 a 1978 o 20 Grupamento de Engenharia e Construção, responsável pela obra da rodovia BR-174 entre Manaus (AM) e Boa Vista (RR).

Era a fase mais aguda dos confrontos com os waimirisatroaris. É de Gentil um documento, na época sigiloso, que autorizava a tropa a fazer "pequenas demonstrações de força, mostrando aos mesmos [índios] os efeitos de uma rajada de metralhadora, de granadas defensivas e da destruição pelo uso de dinamite". O documento foi revelado em 1980, num livro do indigenista José Porfirio Fontenele Carvalho (1946-2017), que se dedicou a essa etnia. Também presente à reunião com os militares em 2014, Porfirio exclamou: "Ainda bem!".

Theophilo continuou: "Se me fosse permitido usar a palavra do meu grande líder espiritual, o papa João Paulo 2o, que [...] pediu perdão por algumas atrocidades que a Igreja Católica tenha cometido na Inquisição, eu pedirei perdão aos senhores se houve algum mal intencionado [sic] por parte do Exército brasileiro, que não é essa a nossa intenção, nem nunca foi. Nós somos sempre, vivemos sempre, para ajudar".

Principal líder da etnia, o atroari Mário Parwé perdeu a mãe durante a construção da estrada. Theophilo entregou-lhe uma placa comemorativa. "É uma pequena lembrança para que o nosso chefe Mário coloque aqui pela passagem do Exército, selando essa união e paz com o nosso povo waimiriatroari". Parwé agradeceu, mas advertiu: "Ninguém sabe como que vai acontecer futuramente. Vamos 'se' preparar para, na hora que acontecer, a gente vai cobrar ele [Theophilo], lembrando dessa amizade".

Cinco anos depois, a união e a paz entre índios e governo federal estão abaladas de forma inédita desde que a rodovia BR-174 seccionou a terra indígena em uma linha quase sempre reta de 120 km, deixando mortos, feridos, silêncio entre militares e um gosto amargo entre os índios.

Ressentimentos voltam a brotar no governo do capitão da reserva Jair Bolsonaro. Em 2019, dois movimentos simultâneos comprometem a paz do povo waimiriatroari.

Confrontado por uma ação movida pelo Ministério Público Federal para indenizar os índios por danos, mortes e destruição na construção da rodovia, o comando do Exército na Amazônia se recusa a reconhecer que tenha cometido qualquer erro.

Ao mesmo tempo, o núcleo mais próximo de Bolsonaro recorreu a um argumento controverso, usado pela primeira vez desde a redemocratização, ao dizer que o governo poderá dispensar a autorização dos índios para executar uma obra que novamente cortará o território waimiriatroari. Alinha de alta tensão que ligaria Manaus (AM) a Boa Vista (RR), avaliada em mais de R\$ 2 bilhões, para os índios é como uma viagem ao passado. “Estão querendo repetir o conflito, passar o linhão na marra? A palavra na marra é o ponto de guerra, não é bom. Não queremos mais isso”, diz Parwé, de fala rápida e objetiva. Ele recebe os visitantes com um aperto de mãos efusivo e olhos ligeiros que vão de um canto a outro.

Considerado um homem do diálogo, Parwé está apreensivo com os novos avanços do governo sobre sua etnia. Ele contou que, nos últimos três meses, os índios têm ajudado técnicos do consórcio responsável pela obra a fazer levantamentos topográficos preparatórios. Segundo ele, sua etnia está predisposta a autorizar a passagem do linhão seguindo o traçado da rodovia, mas necessita de mais detalhes sobre o projeto, os cuidados que serão tomados e a compensação pelos novos danos.

“Depois que terminar os estudos, aí a gente queria sentar, criar programa, criar projeto, como é que vai funcionar. A ideia é por 30 anos. Queremos nesse modelo mesmo, no caminho que está pronto. Mas, depois de 30 anos, agente queria registrar logo, amarrado, assinado, assim era a ideia. Agora esse governo está ficando maluco? Não sei o que é isso.”

A virada na posição do governo ocorreu em 27 de fevereiro, quando Bolsonaro presidiu, em Brasília, uma reunião do Conselho de Defesa Nacional cujo tema principal foi a possibilidade de acelerar o linhão, segundo o porta-voz da Presidência, o general Rêgo Barros. O governo alega que acrise na Venezuela,

que exporta energia para o Brasil e sofreu blecaute de mais de 120 horas nesta semana, tem provocado falhas em Roraima.

“O linhão foi considerado pelo conselho uma obra que está dentro do escopo da soberania e da integridade nacional. O que significa isso? Que o processo de construção será acelerado, que aspectos relativos a questões ambientais serão considerados, mas estarão num bojo maior, que é o da soberania nacional”, disse o general. Um jornalista quis saber detalhes. “São aspectos que vêm entrando desde 2011 Questões ambientais que estão a ser solucionadas pelo Meio Ambiente e eventualmente questões da área indígena. Iremos sempre consultá-los [índios], mas obviamente o interesse da soberania nacional tem que ser imaginado acima de determinadas questões que venham a entrar nesse processo.”

As “determinadas questões” que o general Barros não listou estão muito claras para o Ministério Público Federal, que acompanha apreensivo a movimentação do governo central. A principal delas é a Convenção 169 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), ratificada pelo Brasil. Segundo o subprocurador-geral da República Antonio Bigonha, ela é considerada um “tratado internacional de direitos humanos” e teve seu “status normativo supralegal” reconhecido pelo STF (Supremo Tribunal Federal). O acordo determina a consulta prévia, livre e informada dos povos indígenas sobre obras que impactem as terras onde vivem. Os protocolos dessas consultas têm sido desenvolvidos pelos próprios indígenas. O governo agora ameaça passar por cima da Convenção 169.

Após a decisão do Conselho de Defesa Nacional, o **Ministério de Minas e Energia, comandado pelo almirante Bento Albuquerque**, emitiu nota oficial para antecipar que a decisão permitirá a aplicação de um suposto entendimento jurídico baseado em uma decisão do STF, segundo a qual obras podem ser realizadas “independentemente de consulta às comunidades indígenas envolvidas ou à Funai [Fundação Nacional do Índio]”. Não há precedente para a aplicação de tal entendimento jurídico no tocante a uma obra pública que impacte uma terra indígena.

A nota deu base para os waimirisatroaris acreditarem ainda mais na hipótese de a obra ser tocada “na marra”. O porta-voz da Presidência chegou a dizer que ela começará até o segundo semestre deste ano — e que deve durar três anos.

A decisão do Conselho não esclarece se foram avaliadas outras formas de geração de energia, como parques eólico e solar, o que tornaria inúteis o gasto bilionário e os danos ambientais com a construção da linha. A ironia vem aqui: um dos maiores entusiastas do linhão era um irmão do ex-ministro Antonio Palocci (PT-SP), Adhemar, que nos governos Lula e Dilma foi diretor de

engenharia na Eletronorte, estatal associada ao consórcio responsável pelo linhão, junto com empreiteiras privadas.

A relação dos waimirisatroaris, que se denominam kinjás (pronuncia-se “quinhás”), com a sociedade não indígena brasileira é uma saga pontuada por sangue e lágrimas. As primeiras informações compiladas por antropólogos e historiadores são da segunda metade do século 19, quando os índios costumavam aparecer na localidade de Moura.

Numa das aparições, em 1873, a população fugiu em pânico, temendo um ataque indígena. Um bebê foi deixado para trás e acabou morrendo. O episódio gerou a “guerra de extermínio que os ‘civilizados’ lhes moveram, não dando-lhes quartel, sempre que chegavam ao alcance das armas”, diz um relatório do extinto SPI (Serviço de Proteção ao Índio).

No ano seguinte, 200 índios teriam sido mortos a bala por militares de um destacamento em Moura. Soldados também entraram na mata para abater a tiros duas dezenas de índios que se escondiam no topo de árvores. Corpos foram empilhados e incinerados. Um deles foi deixado em exposição na praça central de Moura.

A matança teve como principal consequência a fuga dos índios para o interior da mata, onde passaram a flechar e matar “civilizados” que aparecessem sem autorização. Em 1926, massacraram uma equipe da empresa de castanhas Penha & Bessa. A firma passou a acusar o SPI de instigar os índios. Em represália, funcionários seqüestraram e espancaram o agente do SPI Luís José da Silva, morto pelos ferimentos.

O assassinato de Silva atrapalhou os esforços do SPI para estabelecer a paz com os waimirisatroaris. Em 1942, os índios mataram os irmãos Humberto e Luís Briglia, responsáveis por um novo posto do SPI. Dois anos depois, foram dois brasileiros e dois militares dos EUA. Em 1949, jornais relataram um ataque de “civilizados” que matou a tiros dezenas de waimiris na região dos rios Alalaú e Jauaperis. O inspetor regional do SPI, Rocha Vianna, constatou o assassinato de ao menos cinco índios: “Verifica-se que os waimiris foram impiedosa e covardemente massacrados quando atravessavam o rio, não tendo havido combate nem ataque”.

Esse retrospecto deveria ter servido de aviso quando a ditadura resolveu tirar do papel, em 1968, o plano da rodovia BR-174. Ao sul, como BR-319, ligaria Manaus a Porto Velho (RO). No caminho, havia uma intersecção com a Transamazônica.

Essas obras constavam do ambicioso PIN (Plano de Integração Nacional), segundo o qual a Amazônia era “um vazio” que precisava ser preenchido. Nesse “vazio” viviam milhares de indígenas que não aceitavam obras que avançassem sobre suas terras sem esclarecimento ou compensação. Na época, oficiais das Forças Armadas diziam em público que o índio não poderia ser um empecilho ao desenvolvimento — palavras quase inteiramente repetidas por integrantes do governo Bolsonaro.

O primeiro esforço dos militares e da Funai para “pacificar”, como diziam na época, os waimirisatroaris, terminou na chacina de 11 pessoas da expedição do padre italiano João Calleri, em 1968. Mais três massacres se sucederam, com vítimas na Funai e na obra, até dezembro de 1974, quando os militares acionaram o BIS (Batalhão de Infantaria de Selva) e anunciaram que a estrada passaria a qualquer custo.

Três anos depois, quando a obra foi concluída, indigenistas e antropólogos fizeram as contas e concluíram ter havido imensa mortandade entre os índios. Em 2014, a Comissão Nacional da Verdade calculou em mais de 2.500 óbitos. Restaram cerca de 350 indígenas. Graças a um programa de indigenistas e antropólogos com recursos de uma indenização da Eletronorte, hoje os índios comemoram 2.160 habitantes, crescimento populacional extraordinário que mostra como a demarcação de terras é fundamental para a sobrevivência de um grupo étnico.

O Exército sempre se recusou a admitir que algum índio tenha sido morto a tiros durante as obras. Mas dois coronéis da reserva disseram saber, em entrevistas para o livro “Os Fuzis e as Flechas” (2017), de autoria deste repórter, que índios morreram a tiros — um deles chegou a falar em 40 vítimas, depois recuou sobre o número. O Exército nunca se manifestou sobre esses depoimentos. Do outro lado, surgem testemunhos que apontam para uma política de extermínio a fim de dobrar a resistência waimiriatioari.

A denúncia de que ocorreram massacres por mãos militares vinha sendo contada ao longo do tempo por diferentes observadores, como Porfirio Carvalho, o missionário Egydio Schwade e o padre Silvano Sabatini, que em 1998 lançou um livro em parceria com o jornalista Antonio Carlos Fon.

Em 2012, o procurador da República Júlio José Araújo Júnior começou um trabalho de coleta e análise de indícios conhecidos. Dois procedimentos simultâneos foram abertos em defesa dos waimirisatroaris: um a respeito dos impactos do linhão e outro sobre as ações da ditadura, tocado com o procurador Fernando Soave.

Em 2017, o MPF ajuizou uma ação civil pela qual pede o pagamento de indenização de R\$ 50 milhões aos índios pelos danos causados na ditadura, o reconhecimento de crimes cometidos contra eles e um pedido de desculpas do Estado brasileiro. A juíza federal Raffaella Cássia de Sousa acolheu o pedido e abriu a ação.

Em 27 de fevereiro, a data em que Bolsonaro reuniu o Conselho de Defesa Nacional, um evento inédito ocorreu no território waimiriatroari: uma audiência para tomada de depoimentos de índios, feita pela Justiça Federal, a fim de apurar detalhes sobre ações da ditadura militar. O MPF e a Justiça Federal já haviam atuado para reparar crimes contra outras etnias, como os panarás e os xavantes de Mato Grosso e os krenak de Minas Gerais. Pela primeira vez, contudo, uma juíza federal foi ouvir os índios em seu próprio território e em sua língua nativa.

“O pessoal que estava lá na aldeia, já não tinha mais. Isso eu vi pessoalmente, pessoal morto, muita gente, muita gente. A aldeia era inteira. [...] Muita gente morta, criança, menina, tudo, tudo”, narrou à juíza o indígena Wamé Viana Atroari.

“Mas estavam sangrando, como é que eles estavam, você lembra?”, quis saber o procurador Araújo. “Fomos correr voltar para nossa aldeia, pegar nossas armas também, verificar o que aconteceu. [...] Aí vimos assim, pessoal morto, outro estava deitado, outro estava cortado no pescoço, outro furado no pescoço dele lá.”

A aldeia citada por Wamé se chama Somodu. Um de seus habitantes era Baré Bernaldo, que também esteve na audiência. “Foi um ataque de veneno do homem branco. [...] Era dia de festa. Era dia de marub á. Marub á é uma festa de iniciação do menino guerreiro. O povo estava reunido. Vieram pessoas de outras aldeias para a festa. [O ataque] foi terrestre e por cima, de helicóptero. Era veneno, jogado em cima assim da maloca. Perdi meu pai, minha mãe, minha irmã e meu irmão. Sou o único sobrevivente da família”, disse Bernaldo. Seguindo ele, os agressores usavam uniformes do Exército.

Mais quatro indígenas deram depoimentos no mesmo sentido: veneno, esfaqueamentos, homens armados, uniformes verdes. Pela primeira vez, em sua própria voz e terra, os waimirisatroaris emprestaram corpo e densidade às piores suspeitas. A União, representada pelos advogados André Petzhold Dias e Matheus Belém Ferreira, procurou, na audiência, colocar em dúvida os relatos.

Ao lado dos advogados, havia um coronel da reserva do Exército — enviado, seguindo ele e outros militares, pelo Comando Militar da Amazônia. Morador de Bagé (RS), o coronel Hiram Reis e Silva apresentou-se como grande conhecedor

da questão. Reconheceu, porém, que só participou da obra na fase da manutenção, a partir de 1982. Indígenas confirmaram que o coronel “só chegou depois, não viu nada do que aconteceu”.

Na internet, Hiram distribui acusações a diversos atores e instituições. Chama a Comissão da Verdade de “Comissão da Inverdade” e um dos maiores conhecedores da etnia wamiriatroari, professor de antropologia da UnB (Universidade de Brasília), de pseudo antropólogo. Acusa os waimirisatroaris de terem recebido dos “civilizados” suas “piores qualidades, tentando a todo custo auferir lucro mesmo que tenham de vender suas almas ao próprio diabo”. Diz ainda que o MPF se baseia “em testemunho de personagens sem nenhuma credibilidade e fazendo afirmações sem apresentar qualquer tipo de provas fundamentadas”.

O coronel Hiram, na prática, não faz nada diferente do que vem fazendo o Exército: negar e negar.

O procurador da República Júlio Araújo disse que não há esforço nenhum do Exército “para assegurar a elucidação da verdade”. “Apesar das evidências, há um ‘negacionismo’ do Exército quanto às violações decorrentes de ataques diretos às comunidades. Busca-se relativizar o genocídio, limitando-o às tarefas de ‘pacificação’, como se estas já não fossem etapa de um processo genocida que era alternado com políticas de extermínio. A União pretende mostrar que houve um conflito em que os índios é que atacavam e as forças do Estado reagiam mediante uso adequado da força, tendo havido mortes apenas por força de doenças decorrentes do contato.”

Em audiência no ano passado, o procurador Araújo questionou o então presidente da Funai, general FranWimberg Freitas, reconduzido ao cargo no governo Bolsonaro, sobre o direito dos índios ao pedido de desculpas. Ele ficou em silêncio.

Para os indígenas, sobrou só a alusão do general Theophilo ao papa João Paulo 2o, u

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Data: 17/03/2019

Seção: Ilustrada

Autor: Por Adriana Abdenur, Ilona Szabó e RobertMuggah

Título: Ecossistema do crime

[resumo] Para pesquisadores, combate à pilhagem dos recursos e à expansão do crime organizado na Amazônia demanda fortalecimento de instituições públicas e cooperação entre os países da região

Adriana Abdenur é coordenadora da Divisão de Paz e Segurança do Instituto Igarapé. Ilona Szabó é diretora-executiva do mesmo instituto, e Robert Muggah é diretor de pesquisa da instituição

O futuro da mudança climática será decidido na Amazônia. Cinco milhões e meio de quilômetros quadrados de floresta, o maior rio do planeta em vazão e cerca de um quinto da água doce do mundo — sem esquecer que, em partes da região, não se sabe quase nada do que acontece debaixo das copas das árvores.

Duas coisas, contudo, são certas: a pilhagem está ocorrendo, o que acarreta a proliferação de mineradores ilegais, garimpeiros, traficantes, jagunços, grileiros, bandidos envolvidos em exploração sexual e tráfico de pessoas. A Amazônia abriga hoje um vasto ecossistema de redes de crime organizado que cresce, se espalha, ameaça a lei e a ordem e põe em risco nossa sobrevivência coletiva.

Já há sinais de que a violência organizada foge do controle. Belém (PA), Macapá (AP) e Manaus (AM) estão entre as cidades com as mais altas taxas de homicídio do mundo, alguns dos lugares mais perigosos do planeta para ativistas de direitos humanos, ambientalistas e jornalistas.

O ritmo do desmatamento voltou a crescer após significativa diminuição. Quase 20% do bioma já foi devastado — seja para abrir caminho para a insaciável demanda global por gado, soja e açúcar, seja para abastecer os mercados globais de madeira e ouro. Até 2030 uma quantidade semelhante deverá ter sido desmatada. Amenos que o Brasil e os outros países amazônicos mudem de rumo, a situação pode piorar.

O presidente Jair Bolsonaro (PSL) tem indicado que pretende liberar ainda mais terras protegidas — especialmente as indígenas — para gigantes da mineração. Esse processo deve ser acelerado por um pacote de infraestrutura recentemente anunciado para projetos de grande escala.

Desmatamento e extração mineral muitas vezes reforçam o submundo criminoso e estimulam um ciclo vicioso de mudança climática, subdesenvolvimento e insegurança. Isso pode, inclusive, minar uma prioridade-chave do governo federal brasileiro — redução da corrupção e da lavagem de dinheiro, do crime organizado e de crimes violentos.

A Amazônia é terreno de concessões gigantescas para a mineração. Políticos federais e locais garantiram generosos incentivos fiscais para elevar e instigar a extração de bauxita, cobre, ferro, manganês e ouro. Imensos conglomerados mineradores estão invadindo terras indígenas e poluindo solo e rios. A mineração ilegal de ouro tornou-se um negócio enorme na região, tanto por

grandes empresas quanto por grupos improvisados. Existem dezenas de milhares de garimpeiros apenas no Brasil.

Em municípios como Itaituba (PA), às margens do rio Tapajós, a mineração ilegal representa de 50% a 70% da economia. Uma cidade de garimpeiros encontrada pelo Exército na Terra Indígena Ianomâmi, localizada nos estados de Roraima e Amazonas, movimentava R\$ 32 milhões por mês com extração ilegal de ouro.

Na fronteira com a Guiana, há cerca de 20 mil brasileiros trabalhando em minas clandestinas. Buscam também diamantes e coltan (mistura de columbita e tantalita utilizada em aparelhos eletrônicos portáteis). Assentamentos improvisados, jogo, prostituição, tráfico de pessoas, trabalho escravo e jagunços se aglomeram nos locais onde prolifera a mineração ilegal. Povos indígenas e quilombolas são as principais vítimas dessa corrida do ouro moderna.

A mineração ilegal de ouro é muito atrativa para grupos criminosos, incluindo os do tráfico de drogas. A bacia Amazônica abrange os três produtores de coca do mundo — Bolívia, Colômbia e Peru. Cartéis e facções da cocaína diversificaram seus negócios para aquela atividade.

Em algumas circunstâncias, a facilidade de extração e venda e a fraca presença do Estado tornam o ouro mais valorizado que a cocaína. Muitos traficantes usam os locais de garimpo como centros de distribuição.

Entre Brasil e Colômbia, dissidentes das Farc (Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia) e guerrilheiros do ELN (Exército de Libertação Nacional) controlam grandes áreas de mineração. Traficantes de facções criminosas brasileiras começam a se mobilizar. As Forças Armadas do Brasil têm realizado operações — em conjunto com suas contrapartes colombianas — para tirar esse controle das mãos das organizações nacionais e estrangeiras, com enorme dificuldade.

As consequências são terríveis: rios são dragados e dinamitados, destruindo ecossistemas locais, e o mercúrio do garimpo contamina sistemas alimentares de toda a bacia. Em aldeias ianomâmis na fronteira Brasil-Venezuela, mais de 90% dos habitantes foram contaminados pelo metal de alta toxicidade.

As organizações criminosas usam tecnologia de ponta para obter lucros ilegais. Os grupos se conectam por serviços de mensagens criptografadas, o que dificulta o monitoramento. Muitas das transações são efetuadas com criptomoedas. As polícias Federal e Civil não recebem recursos suficientes para mapear a mineração ilegal e sua articulação com outras modalidades de crime.

Por conta da imensa escala do negócio e da incapacidade das forças de segurança, os criminosos operam com impunidade e contribuem para os níveis epidêmicos de mineração ilegal. No caso da Venezuela, o regime de Nicolás

Maduro vem apostando pesadamente no garimpo, à medida que a produção petrolífera do país cai.

Faz-se necessária fiscalização mais forte na mineração e nas cadeias de suprimento a ela associadas. Isso demandará maior investimento e coordenação entre Polícia Federal, promotores, inteligência e Forças Armadas para interromper a economia política da mineração ilegal.

Entidades públicas como o Ibama precisam de injeção significativa de recursos e de poderes discricionários. Investimentos socioeconômicos também são essenciais, especialmente em áreas vulneráveis, para fornecer alternativas viáveis aos jovens envolvidos em atividades ilegais.

Devido às dimensões transnacionais do crime organizado, a cooperação internacional é fundamental, o que exige uma mudança de atitude. O discurso oficial que enfatiza a soberania nacional como um valor absoluto impede uma solução eficaz e conjunta. A Organização do Tratado de Cooperação Amazônica — composta por Brasil, Bolívia, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela — enfrenta dificuldades para avançar em sua agenda.

Apesar de esforços de cooperação, policiais e militares, procuradorias e agências de inteligência raramente compartilham informações, que dirá executarem operações conjuntas.

A única forma de desarticular as redes de crime organizado de modo sustentável na Amazônia é a adoção de uma abordagem coordenada, o que requer liderança política e capacidade técnica. Os países da região terão de superar a desconfiança mútua. São cruciais um acordo quanto às prioridades, um melhor alinhamento de objetivos estratégicos e de política e a realização de operações conjuntas. Isso deve ser acompanhado de medidas legais para combater a corrupção nas instituições do Estado.

Esses esforços exigirão alto grau de discernimento diplomático e de destreza política. Nossa sobrevivência depende disso.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/03/2019

Seção: Colunas

Autor: Miriam Leitão

Título: Muito barulho para pouco fato

Na economia, o governo é de muito barulho e pouco fato. Ele mal começou, é verdade, mas já produziu um volume de anúncios impressionante. De concreto, tem uma reforma da Previdência que ainda não deu um passo no Congresso e

na sexta-feira houve um bem-sucedido leilão que vendeu 12 aeroportos. O detalhe é que os modelos do leilão e da concessão foram preparados pelo governo Temer. O mérito do atual foi realizar o planejado.

Há muita coisa para mudar na economia de um país que não consegue retomar o crescimento, tem um rombo fiscal persistente e 12 milhões de desempregados. Como o governo acaba de chegar, é saudável que apresente suas soluções. O risco é atropelar a si mesmo nessa mistura de anúncios de medidas futuras.

Apesar de ter dito que a chamada PEC do Pacto Federativo esperaria pela aprovação da reforma da Previdência, o ministro Paulo Guedes continua falando dela como se o projeto fosse iminente. A reforma orçamentária é extremamente importante. Há dificuldades concretas na vida dos administradores públicos com o excesso de rigidez no uso dos recursos. A questão é que mesmo Hércules fez uma tarefa por vez. Essa é de espantosa complexidade e mesmo se for aprovada um dia não eliminará os gastos incontornáveis. Além disso, pode provocar uma dispersão da base de apoio ao governo, base aliás que nem foi ainda consolidada pela incapacidade da articulação política.

A boa notícia da sexta-feira foi o fato de que 12 aeroportos passaram para as mãos de operadores privados e com o pagamento de um grande ágio. Mais importante do que os R\$ 2,3 bilhões que o governo vai arrecadar, são os investimentos futuros na melhoria da logística aeroviária do país.

O sucesso do leilão foi muito bem recebido pelos empresários. Para o diretor-superintendente do grupo Astra, Manoel Flores, que fabrica revestimentos e materiais de construção, a notícia confirma a avaliação de que o pior da crise econômica ficou para trás. Ele fala olhando para os próprios números. Acaba de participar de uma feira no setor que teve uma alta no volume de negócios fechados e tem projeção na sua empresa de faturamento 10% maior, com um aumento de 5% no número de funcionários.

No mercado financeiro também o leilão foi lido como um sinal positivo, principalmente pela presença do capital estrangeiro. Ilan Arbetman, analista da Ativa Investimentos, disse que o resultado foi muito melhor do que o esperado, e que a presença de operadores internacionais disputando os aeroportos brasileiros prova que, de fato, os investidores estão acreditando no Brasil.

É possível ouvir palavras de ânimo tanto na economia real quanto na área financeira, mas a conversa termina sempre com o mesmo alerta: é preciso aprovar a reforma da Previdência para que se confirme o cenário de melhora

nas contas públicas brasileiras. Portanto, é nesse ponto que tem que estar o foco da área econômica.

O grande desafio para a reforma neste momento será o envio nos próximos dias do projeto que muda as pensões e aposentadorias dos militares. Ele virá com mudanças na carreira que elevarão ganhos, manterão vantagens como paridade e integralidade, e pode ter inclusive a garantia de aumento anual dos soldos. Ficaré difícil explicar isso num contexto de escassez.

O Ministério da Economia falou em esfaquear o Sistema S, e a ameaça contundente acabou contornada. Falou em fazer uma abertura da economia para tirar os empresários das suas trincheiras da Primeira Guerra e já elevou tarifas de importação. Prometeu dar aos estados a maior fatia do dinheiro do grande leilão das áreas excedentes do pré-sal, mas ainda não conseguiu concluir as negociações da Petrobras com a União, que, a propósito, estavam bem adiantadas no governo anterior. Na sexta-feira, o ministro Paulo Guedes prometeu digitalizar o governo, reduzindo à metade o número de funcionários públicos através da não realização de concursos para substituir os que se aposentarem.

Há boas ideias nas propostas feitas pelo ministro, mas nada do que ele anuncia é tão fácil quanto ele diz. O mais difícil, contudo, é fazer tudo ao mesmo tempo. A ordem de prioridades precisa ficar mais bem definida para elevar a confiança na economia, permitindo o aumento da atividade, ainda excessivamente fraca.

VEÍCULO: O Globo

Data: 17/03/2019

Seção: O Mundo

Autor: PAOLA DE ORTE* E ELIANE OLIVEIRA

Título: Cardápio conservador

Brasil e EUA buscam uma nova relação sob Bolsonaro e Trump

WASHINGTON E BRASÍLIA- O primeiro compromisso do presidente Jair Bolsonaro ao desembarcar hoje em Washington será um jantar na residência do embaixador do Brasil, Sergio Amaral. Entre os convidados, além da comitiva do presidente e de Olavo de Carvalho, o guru do bolsonarismo que mora no estado americano da Virgínia, estão representantes de diferentes correntes da direita americana, como o ex-estrategista de Donald Trump Steve Bannon, a colunista do Wall Street Journal Mary Anastasia O'Grady, o editor da revista literária The New Criterion, Roger Kimball, o acadêmico Walter Russell Mead e o executivo do mercado financeiro de Nova York Geraldo Brant.

O jantar — que terá no cardápio mousse de caviar, bife Wellington e quindim, além de caipirinha como aperitivo — simboliza a comunhão de ideias entre Bolsonaro e seu colega americano. É a partir dessa afinidade ideológica que o governo brasileiro busca consolidar um alinhamento com os Estados Unidos que, segundo diplomatas e analistas, pode ser o maior em mais de meio século.

Bolsonaro é 16º chefe de Estado brasileiro a visitar os Estados Unidos, e há outros aspectos em que o programa da visita reflete o perfil de sua Presidência. Enquanto em sua primeira viagem oficial a Washington, em 2003, Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com sindicalistas, e Dilma Roussef em 2015 quis conhecer o monumento a Martin Luther King, na terça-feira Bolsonaro se reunirá com lideranças religiosas e dará uma entrevista à Christian Broadcast Network, rede de televisão fundada em 1960 pelo televangelista Pat Robertson.

HÓSPEDE ESPECIAL

Rubens Barbosa, que foi embaixador do Brasil em Washington entre o governo de Fernando Henrique Cardoso e o de Lula, não vê grandes diferenças entre as agendas concretas da viagem atual e as de presidentes anteriores. Segundo ele, o que chama a atenção no novo ciclo das relações bilaterais é o elevado nível de afinidade ideológica, além da declarada prioridade dada a Bolsonaro por Trump, que enfrenta choques com a China e com os aliados europeus dos EUA:

— Nenhum governo anterior no Brasil assumiu essas posições, só no início de 1964 com Juracy Magalhães (então embaixador brasileiro em Washington).

Para Roberto Abdenur, que chefiou a embaixada no primeiro mandato de Lula, a visita será positiva para melhorar o relacionamento bilateral, mas há risco de um alinhamento automático atrapalhar a relação do Brasil com outros parceiros, como Europa, China e mundo árabe:

— Nossa política externa já está prejudicada pela preferência de Bolsonaro por se aproximar de países que comunguem da mesma ideologia que ele sustenta. As coisas ficarão ainda piores se nos atrelarmos aos EUA. Nossa inserção internacional será gravemente limitada.

Segundo Abdenur, há boas perspectivas nos acordos que deverão ser firmados de promoção de comércio e investimentos e intercâmbio militar, além do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, que poderá permitir o uso da Base Espacial de Alcântara para o lançamento de satélites dos EUA e de outros países que usam tecnologia americana.

Na visita, também estão em jogo um possível apoio da Casa Branca à candidatura brasileira à OC-DE (Organização para Cooperação e

Desenvolvimento Econômico) e um convite para que o Brasil receba o status de “aliado extra-Otan”, passando a ter uma relação militar preferencial com os EUA.

O embaixador aposentado receia, porém, que Bolsonaro ceda a Trump em questões como o esfriamento da relação com a China e a transferência da embaixada brasileira em Israel de Tel Aviv para Jerusalém:

— Temo que Bolsonaro seja pusilânime e concorde com algumas das colocações de Trump.

Bolsonaro ficará hospedado na Blair House, residência de hóspedes do presidente americano, o que é representativo das boas relações que vem cultivando com Trump desde a campanha eleitoral. De sua comitiva, fazem parte o chanceler Ernesto Araújo e os ministros da Justiça, Sergio Moro; da Economia, Paulo Guedes; da Agricultura, Tereza Cristina; de **Minas e Energia, Bento Albuquerque**; de Ciência e Tecnologia, Marcos Pontes; e do Gabinete de Segurança Institucional, Augusto Heleno. O deputado Eduardo Bolsonaro (PSL-SP) também acompanhará o pai.

Além das questões bilaterais, a crise na Venezuela pode ser um dos principais temas da visita. Na terça-feira, o primeiro encontro do presidente será com o secretário-geral da OEA (Organização dos Estados Americanos), Luis Almagro. Tanto Almagro quanto a Casa Branca se empenham para que a mudança de regime no país sul-americano ocorra logo, e temem que Nicolás Maduro acabe se perpetuando no poder.

— A visita do presidente brasileiro aos Estados Unidos é oportuna porque ambas as nações estão ativamente trabalhando para ajudar o povo da Venezuela a acabar com a crise humanitária do país e restaurar a ordem democrática — disse ao GLOBO o senador republicano Marco Rubio, tido como um dos principais estrategistas da política da Casa Branca para Caracas.

— Os Estados Unidos têm uma oportunidade emergente e real de aumentar a cooperação em segurança, economia e diplomacia com o Brasil sob Bolsonaro, e espero que possamos tirar o melhor disso.

SÓ TRADUTORES

O encontro com Trump será também na terça: Bolsonaro será recebido no Salão Roosevelt e depois segue para o Salão Oval para uma reunião privada com o presidente, com a presença apenas de tradutores. Depois, os dois irão ao Rose Garden, o jardim da Casa Branca, para uma declaração à imprensa.

No mesmo dia, Bolsonaro visitará o cemitério militar de Arlington, onde são enterrados os mortos em guerras. Com essa visita e a assinatura do Acordo de Salvaguardas Tecnológicas, o presidente atende a vertente militar do seu governo. Para Matias Spektor, professor da Fundação Getúlio Vargas, a visita será considerada um sucesso por Bolsonaro por unir as três diferentes vertentes que o apoiam.

— Ele está tendo que montar um governo com base em três grupos muito diferentes: os conservadores sociais, muito influenciados pelo crescimento dos evangélicos na política, os militares e os Chicago boys do mercado financeiro. O que une esses três grupos agora é a vontade de se aproximar dos EUA — disse o professor em evento na semana passada no centro de estudos de Washington Inter-American Dialogue.

Segundo Spektor, um indicador da “importância crucial” da visita para Bolsonaro é o fato de ela romper uma tradição da Nova República:

— É o primeiro presidente em 30 anos de democracia que optou por fazer sua primeira visita oficial aos EUA, e não à Argentina.

O último compromisso do presidente em Washington é um jantar na terça com o assessor de Segurança Nacional, John Bolton, que esteve no Brasil em janeiro. Depois, ele retorna a Brasília.

*Especial para O GLOBO

MME / ASCOM .